

O PERDÃO E A PROMESSA NA TEORIA DA AÇÃO DE HANNAH ARENDT: remédios para a agonia contingencial da ação política.

Forgiveness and Promise in Hannah Arendt's Theory Of Action: remedies for the contingencial agony of political action.

Carlos Fernando Silva Brito

Resumo: Este trabalho possui como mote apresentar a importância dos conceitos de perdão e promessa para a teoria da ação em Hannah Arendt. Possui como base as obra de Hannah Arendt, principalmente *A condição humana*. Num primeiro momento apresentaremos brevemente os conceitos de ação, pluralidade e natalidade e sua relação com a irreversibilidade e imprevisibilidade no interior do pensamento de Arendt, e em um segundo momento se fará a exposição do importante diagnóstico que a pensadora realiza sobre a situação da tradição face aos eventos políticos do século XX, a fim de compreendermos a necessidade de uma resignificação da teoria da ação política no ocidente. Por fim, a partir da compreensão dos perigos dessa ruptura com a tradição, evidenciaremos a importância dos conceitos de perdão e promessa como meios de remediar a contingencialidade da ação diante da ausência de uma tradição que assegurasse a possibilidade da existência do espaço do agir político. Deste modo, a hipótese conclusiva desta pesquisa é que diante da ausência de fatores que assegurem e motivem os mortais a adentrarem no campo da política e através da ação e do discurso povoarem o espaço público, é necessário resignificar a teoria da ação política, e tal resignificação ocorre no pensamento arendtiano através dos conceitos de perdão e promessa.

Palavras-chave: Perdão e Promessa; Espaço público; Ação; Contingencialidade.

Abstract: This work has as motto to present the importance of the concepts of forgiveness and promise for the theory of action in Hannah Arendt. It is based on the works of Hannah Arendt, mainly *The human condition*. In a first moment we will briefly present the concepts of action, plurality and birth and its relation to the irreversibility and unpredictability within Arendt's thought, and in a second moment the exposition of the important diagnosis that the thinker realizes about the situation of the tradition face to the political events of the twentieth century, in order to understand the need for a re-signification of the theory of political action in the West. Finally, from the understanding of the dangers of this rupture with tradition, we will highlight the importance of the concepts of forgiveness and promise as a means of remedying the contingency of action in the absence of a tradition that assures the existence of the space of political action. Thus, the conclusive hypothesis of this research is that in the absence of factors that assure and motivate mortals to enter the field of politics and through action and discourse to populate the public space, it is necessary to re-signify the theory of political action, and such re-signification occurs in Arendtian thinking through the concepts of forgiveness and promise.

Keywords: Forgiveness and Promise; Public place; Action; Contingency.

Introdução

A temática dos efeitos do agir humano sempre fora um tema caro para toda a tradição da filosofia política ocidental, de modo que todos os grandes pensadores, desde Platão até os dias atuais ao se debruçarem sobre problemas políticos, tiveram que oferecer

reflexões sobre os modos de lidar com a contingencialidade da ação. Diante dessa contingencialidade os mais diversos autores sempre foram tentados a oferecer propostas de superação da mesma, uns através da lei ou moral, como é o caso da maioria dos pensadores liberais, outros através do poder do Estado, como fez Hobbes, e outros ainda através de princípios nem internos nem externos ao homem, mas acima dele, como fez Platão. De certo, pode-se concluir que os pensadores políticos da tradição ocidental, sempre visaram um modo de “controlar” ou pelo menos assegurar os limites da ação, a fim de tornar o reino da política um espaço de previsibilidade e “segurança”. No entanto, como sabiamente é posto por Paulo na Epístola aos Romanos 7, 19, o agir do homem tende a sempre saltar para fora dos campos da previsibilidade e das expectativas até mesmo do agente emissor da ação.

Numa perspectiva de releitura da tradição ocidental à luz dos eventos totalitários vividos no século XX, a pensadora alemã e judia Hannah Arendt irá também debruçar-se com a problemática da ação e buscará reestruturar a ação a partir do diagnóstico de esfacelamento da tradição. Arendt, como encantada por um ideal de liberdade que se efetiva dentro do espaço da política através da ação e do discurso, buscará não limitar o agir político, sem, no entanto, por o homem num estado de agonia diante do imprevisível. Buscando compreender esse movimento inovador que é realizado pela pensadora dentro da teoria política da ação, este trabalho, de modo preliminar, buscará apresentar a proposta arendtiana de como o sujeito lida com a imprevisibilidade e irreversibilidade, características viscerais da ação, sem que para isso tenha que negligenciar ou mesmo ignorar outras características também constituintes do agir, a saber, a capacidade de instaurar o novo e de se efetivar no meio plural.

Ação, Pluralidade E Natalidade

Ao fazer uma espécie de fenomenologia¹ da *vitaactiva* e classificar as ações dos homens numa tríade, a saber, trabalho, obra e ação na sua obra *A condição humana* (1968), Arendt inicia o tratado acerca da ação com a importante afirmação, a seguir:

¹ Hannah Arendt como aluna de Heidegger e Husserl compreende que o movimento filosófico de compreensão do mundo deve se dá através da relação do pensador com o passado da tradição. Esta volta ao passado não é com fins anacrônicos, mas numa perspectiva de revisitação dos fenômenos originais a fim de resgatar a compressão sobre aspectos da condição humana e da política. “Uma via de interpretação da aproximação de Arendt a respeito do pensamento de Heidegger, é quanto à sua busca da gênese de certos conceitos que possuem traços de continuidade ao longo da história da filosofia política no Ocidente, bem como a sua busca dos fragmentos de eventos e concepções políticas, como são os casos dos conceitos de liberdade, ação, espaço público, fundação, revolução, mundo. [...] A tentativa de Arendt de buscar recuperar fenômenos originários esquecidos tinha por

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas.²

A pensadora inicia sua discussão a cerca dos caracteres que compõe a ação, trazendo a tona, a uma característica daquilo que constitui ao mesmo tempo a expressão da ação e a condição para o aparecimento da mesma, a saber, a pluralidade. Com isto, Arendt quer imediatamente chamar atenção ao caráter político que toda ação tem, pois esta não se realiza no isolamento, mas se efetiva de fato no espaço entre os homens. Adriano Correia ao buscar esclarecer esse vínculo entre ação e pluralidade afirma que,

A ação corresponde ao fato de que os homens, no plural, habitam o mundo – ao próprio fato de somos todos humanos, mas de tal modo que não somos idênticos a ninguém que jamais viveu, vive ou viverá. A pluralidade é, portanto, ao mesmo tempo igualdade e distinção. A ação tanto depende da pluralidade quanto a afirma, pois, ao agir, o indivíduo confirma sua singularidade e aparece a outros indivíduos únicos³.

A ação dentro da perspectiva de Hannah Arendt é política por natureza devido a sua direta relação com a pluralidade. Apesar das três atividades da *vita activa* terem todas um relacionamento com a pluralidade, a ação relaciona-se como “a condição” desta atividade, “[...] não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”⁴. Ou seja, a pluralidade é para a ação não apenas um pressuposto, mas também um sustentáculo pelo qual ela se efetiva. Disto denota-se a importância que tem a condição do reconhecimento da pluralidade para a instauração de um espaço público político da ação.

Por pluralidade, Arendt está compreendendo a condição do homem de ser vivente em meio aos homens, “Deus criou o *homem*, mas os *homens* são um produto

tarefa resgatar o verdadeiro sentido da política que fora perdido, fundamentalmente, na Modernidade, e que teve seu apogeu de destruição com os regimes totalitários.” (PASSOS, 2014, p. 115 e 116). É somente nessa perspectiva exposta por Fábio Passos que podemos vincular a pensadora à tradição fenomenológica, apesar da mesma não estar buscando uma reestruturação da ontologia como o fez Heidegger e tão pouco estar investigando a cerca do modo de conhecer as coisas como fez Husserl.

² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradutor Roberto Raposo, Revisão de Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016a, p. 216-217.

³ CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 42.

⁴ ARENDT, op. cit., 2016a, p. 09. (Grifos da autora)

humano, terreno, um produto da natureza humana⁵. A condição humana⁶ é descrita por Arendt aqui como um fator inclinado à pluralidade, daí a chamada de atenção para a mundanidade da condição plural. Estar entre os homens é ao mesmo tempo necessidade da natureza humana e criação das mãos humanas.

A noção de pluralidade dentro da perspectiva arendtiana está vinculada diretamente com outra forte característica da ação, a saber, a de instaurar novos começos. Ao ato, ou efeito, de instaurar novos começos, Arendt chamou de *natalidade*. Da seguinte frase de Agostinho “para que houvesse um início, o homem foi criado, sem que antes dele ninguém o fosse”⁷, Arendt conclui que o pensador está chamando atenção para um começar que se distingue do começar da criação concebida pelo cristianismo. Conforme a autora assevera este não é senão outro modo de dizer que o princípio foi criando juntamente com o homem⁸.

Arendt busca mostrar a relação entre natalidade e ação através da ideia de que o agir é um inaugurar, um começar, um instaurar algo novo. “O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”⁹. Com esta afirmação, a pensadora está vinculando a ideia de ação como iniciar a um modo de povoar o espaço público, ou seja, Arendt está querendo demonstrar que através da ação o homem plenifica a condição da natalidade, do mesmo modo que através do discurso o homem realiza plenamente a condição da pluralidade.

Partindo dessa afirmação de Arendt, Adriano Correia buscou esclarecer essa relação de natalidade e ação através da seguinte assertiva:

Assim, todo ato interrompe o automatismo dos processos históricos que deixados à sua própria sorte tendem a reproduzir o automatismo da natureza. [...] Cada ação afirma a singularidade do agente, mas ao mesmo tempo reafirma as condições humanas da natalidade e da

⁵ ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002., p. 7. (grifo da autora)

⁶ No início da obra *A condição humana*, Hannah Arendt faz uma distinção entre natureza e condição humana. Arendt prefere falar de uma condição humana, pois na esteira do pensamento agostiniano ela crê que se há uma natureza ou essência humana, essa é velada ao conhecimento do homem e desvelada somente ao conhecimento de Deus. Como afirma a pensadora, “Para evitar mal-entendidos: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana, não constitui algo equivalente à natureza humana. Pois nem aquelas que discutimos neste livro nem as que deixamos de mencionar, como o pensamento e a razão, e nem mesmo a mais meticulosa enumeração de todas elas, constituem características essenciais da existência humana no sentido de que sem elas, essa existência deixaria de ser humana.” (ARENDT, 2016a, p. 14).

⁷ AGOSTINHO apud ARENDT, op. cit., 2016a, p. 219

⁸ ARENDT, op. cit., 2016a, p. 220

⁹ ARENDT, loc. cit.

pluralidade. Se concebermos a ação como o começo que deflagra uma nova série de eventos, e que não pode ser deduzido de eventos precedentes, compreenderemos porque a pluralidade contida no nascimento é a pré-condição (*conditio sine qua non*) da vida política e também porque a pluralidade, reafirmada em cada ação, é a própria razão de ser (*conditio per quam*) da política.¹⁰

Adriano Correia faz uma síntese da relação entre ação, pluralidade e natalidade, de modo a tornar perceptíveis os fatores que ao mesmo tempo fundamentam e são resultados da ação. Da capacidade de iniciar algo novo e de se relacionar com a pluralidade surge aquilo que aqui chamamos de agonia¹¹ contingencial da ação política que na obra de Arendt é encontrada sob os signos de imprevisibilidade e irreversibilidade. No entanto, a pensadora em questão busca abordar de modo diferente essa contingencialidade, pensando isto não como um problema, mas como uma bela expressão da ação.

O homem age dentro de uma teia de relações humanas, ou seja, no espaço da pluralidade, e por isso não age isoladamente e suas ações não reverberam apenas na sua vida particular, elas constituem-se um movimento dentro dessa pluralidade. O agente da ação é ao mesmo tempo autor e vítima dos possíveis efeitos dessa ação. Arendt afirma que,

[...] em qualquer série de eventos que, no conjunto, compõem uma estória com um significado único, podemos quando muito, isolar o agente que pôs o processo inteiro em movimento; e embora esse agente frequentemente continue a ser o sujeito, o 'herói' da estória, nunca podemos apontá-lo inequivocamente como o autor do resultado final.¹²

A pensadora quer destacar aqui o caráter irreversível da ação. Após o ato cometido, a ação se desprende do ator e daí tem-se que os seus resultados são irreversíveis. Essa é uma das características resultantes da ideia de natalidade, ou seja, da capacidade do sujeito de criar algo novo a partir da ação de interromper um fluxo contínuo. Disto conclui-se que a ação é irreversível, uma vez iniciada os seus resultados não dependem mais da vontade ou do objetivo inicial do ator.

Outro caráter importante da ação é a sua imprevisibilidade. Segundo Arendt, este é também um dos fatores que distingue a ação da fabricação, pois o terreno da ação e

¹⁰ CORREIA, Adriano (Org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 231.

¹¹ Apesar de Hannah Arendt não se utilizar desse termo para referir-se à contingencialidade da ação, este está sendo adotado aqui na perspectiva do pensador dinamarquês Søren Aabye Kierkegaard (1813 – 1855). Conforme explica Abbagnano, na teoria do dinamarquês a angustia ou agonia é o sentimento do homem diante da total possibilidade, “[...] ao contrário do temor e de outros estados análogos, que sempre se referem a algo determinado, a A. não se refere a nada preciso: é o sentimento puro da possibilidade” (ABBAGNANO, 2007, p. 60).

¹² ARENDT, op. cit., 2016a, p. 229.

do discurso são frágeis e imprevisíveis. A ação como rompedora de limites, como fora posto por Arendt e esclarecido aqui por Correia, é o que faz dos assuntos humanos um reino de fragilidade. “A fragilidade das leis e instituições humanas, e de modo geral, de todo assunto relativo à convivência dos homens, decorre da condição humana da natalidade e independe inteiramente da fragilidade da natureza humana”¹³. A ação ocorre dentro do espaço criado pela obra do *homo faber*, no entanto, isto não dá segurança para previsões acerca dos limites da mesma.

“A ilimitabilidade da ação é apenas o outro lado de sua tremenda capacidade de estabelecer relações [...]”¹⁴. Ao fazer essa afirmação, a pensadora liga a fragilidade dos assuntos humanos com a capacidade do homem de instauração do novo, e romper os limites. A insegurança faz parte da natureza do iniciar algo. Conforme Arendt afirma,

Faz parte da própria natureza de um início que ele traga em si uma dose de completa arbitrariedade. Não só o início não está ligado a uma sólida cadeia de causas e efeitos, uma cadeia em que cada efeito se torna imediatamente a causa de futuros desenvolvimentos, como ainda não há nada, por assim dizer, a que ele possa se segurar; é como se sáísse do nada no tempo e no espaço. Por um momento, o momento do início, é como se o iniciador tivesse abolido a própria sequência da temporalidade, ou como se os atores fossem lançados fora da ordem temporal e de sua continuidade.¹⁵

Esse fator inovador e inseguro diante do momento de iniciar algo, não é visto por Arendt como um modo de violentar a teia das relações plurais dos homens, mesmo trazendo receio ao agente que irá iniciar a ação, pelo contrário, é apenas um modo diferente de estabelecer relações dentro dessa teia.

De modo sintético, pode-se dizer que na fenomenologização arendtiana da ação política, a pensadora descreve as principais características e talvez “resultados” da ação. A pluralidade, a natalidade, a imprevisibilidade e a irreversibilidade, são, cada uma a seu modo, partes constituintes do agir dos homens no espaço público político. A tradição política do pensamento ocidental, reconhecendo algumas dessas características, buscou no ato fundante de suas políticas, apresentar à sociedade ilhas de previsibilidade e marcos de segurança. No entanto, conforme veremos, essa tradição rompeu-se quando esses deixaram de oferecer funcionalidade e segurança às sociedades pós-guerras.

Ação e a Tradição Filosófico-Política Do Ocidente

¹³ Ibidem, p. 236-237.

¹⁴ Ibidem, p. 237.

¹⁵ ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 201, p. 264.

Ao falar de tradição do pensamento político ocidental, Arendt refere-se a um determinado período histórico. Tendo seu início em Platão e findado em Marx, a tradição buscou elementos que legassem segurança para o terreno das ações políticas, em detrimento das características fundantes da ação que são a imprevisibilidade e a irreversibilidade. Nas palavras de Arendt:

A tradição de nosso pensamento político teve seu início definido nos ensinamentos de Platão e Aristóteles. Creio que ela chegou a um fim não menos definido com as teorias de Karl Marx. O início deu-se quando, na alegoria da caverna, em *A República*, Platão descreveu a esfera dos assuntos humanos, tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum, em termos de trevas, confusão e ilusão, que aqueles que aspirassem ao ser verdadeiro deveriam repudiar e abandonar, caso quisessem descobrir o céu límpido das ideias eternas. O fim veio com a declaração de Marx de que a Filosofia e sua verdade estão localizadas, não fora dos assuntos humanos e de seu mundo comum, mas precisamente neles, podendo ser “realizada” unicamente na esfera do convívio, por ele chamada de “sociedade”, através da emergência de “homens socializados”.¹⁶

Nota-se que no curso da história da humanidade ocidental o modo de abordagem dos conceitos políticos ocasionou uma ruptura com a tradição, ocasionando também o declinar das esferas públicas e privadas. Partindo de Platão onde há uma completa cisão entre filosofia e política e findando em Marx com uma fusão entre os limites da necessidade e da política com o pensamento e a ação, a tradição rompeu-se de modo que diante dos mais drásticos modos de destruição da vida humana, como os regimes totalitários, o homem viu-se sem um apoio para pensar o momento vigente.

A tradição do pensamento político ocidental sempre fora consciente da confidencialidade do agir político, por isso também sempre que pensou sobre política, buscou indicar modos de segurança para esse agir. Conforme Arendt esclarece, desde os romanos uma tríade passou a ser usada a fim de cumprir a função de mantenedora da ordem e da segurança na esfera pública, a saber, tradição, autoridade e religião.

Analisando a história da fundação de Roma, Arendt destaca o papel da religião, da tradição e da autoridade. Conforme ela afirma, a partir de Roma “Religião, autoridade e tradição tornaram-se, pois, inseparáveis, expressando a sagrada força de coerção de um início de autoridade a que se permanecia vinculado pela força da tradição”¹⁷. Essa tríade

¹⁶ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Muro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 43-44.

¹⁷ ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2016b, p. 96.

perpassou por toda a sociedade ocidental pós-Roma graças à forte herança romana da cultura moral cristã que por muito tempo foi hegemônica no ocidente.

O que é importante destacar é que essa tríade fundacional e necessária para um terreno de segurança no espaço público foi quebrada, abandonada e conseqüentemente legou ao homem um declinar da política, ocasionando diretamente uma perda de sentido e autoridade da mesma. “Historicamente, podemos dizer que a perda da autoridade é meramente a fase final, embora decisiva, de um processo que durante séculos solapou basicamente a religião e a tradição”¹⁸, ao falar disto, Arendt refere-se ao modo como a modernidade foi se constituindo e nesse construir-se foi a cada passo destituindo de sentido a um aspecto dessa tríade.

Conforme explica Arendt:

Desde então, porém, o colapso de qualquer das três – religião, autoridade ou tradição – inevitavelmente tem levado ao colapso das outras duas. Sem a sanção da crença religiosa, nem a autoridade nem a tradição estão a salvo. Sem o apoio das ferramentas tradicionais de compreensão e do juízo, a religião e a autoridade estão fadadas a vacilar. E é um equívoco a tendência autoritária no pensamento político acreditar que a autoridade possa sobreviver ao declínio da religião institucional e a quebra de continuidade da tradição. Todas três foram condenadas quando, com o início da era moderna, a velha crença no caráter sagrado da fundação num passado longínquo deu lugar à nova crença no progresso e no futuro como um progresso infundável cujas ilimitadas possibilidades podiam não apenas ser jamais vinculadas a qualquer fundação passada, mas também interrompidas e frustradas em sua ilimitada potencialidade por qualquer nova fundação¹⁹.

A Era moderna deu fim, através do materialismo histórico marxista, na última resistência dessa tríade, a saber, na autoridade. Na ideia de um progresso contínuo e infundável o homem perdeu suas referências fundacionais com o passado e isso ocasionou a perda de uma noção de tradição e de autoridade que perpassava através da religiosidade da tradição.

Conforme Cardoso sintetiza a respeito desse declinar da tríade que mantinha a existência e a segurança do espaço público, para Arendt

[...] o declínio da esfera pública na Era Moderna deu-se mediante os seguintes principais fatores: em termos metafísicos, pela descrença na permanência do mundo comum (imortalidade terrena); em termos da hierarquia das atividades humanas, pela preponderância

¹⁸ ARENDT, op. cit., 2014, p. 130.

¹⁹ ARENDT, op. cit., 2016b, p. 98.

do trabalho e do labor vis-à-vis a ação; e em termos econômicos, pelo surgimento da esfera social e das massas economicamente supérfluas decorrente do desenvolvimento do sistema capitalista²⁰.

Em síntese, pode-se dizer que a tradição política do ocidente, consciente da contingencialidade da ação, viu, através dos gregos e romanos, um modo de tornar seguro o espaço dos assuntos humanos. Essa segurança localizava-se na tríade: autoridade, religião e tradição. Estas coexistiam de forma interdependente, de modo que quando a era moderna atacou uma das três “condições”, seja através da descrença na imortalidade terrena, ou na glorificação do trabalho ou ainda na ascensão da esfera social, ocorreu que se perdeu a estabilidade do campo do agir humano.

A partir disto pode-se questionar o que agora motivará ou garantirá o espaço do agir político dos homens, e qual a faculdade política que se encontrará para lidar com a imprevisibilidade e irreversibilidade da ação? Estes questionamentos tornam-se válidos na medida em que se nota que através de uma ruptura com a tradição o “corrimão” que era utilizado para se pensar o terreno dos assuntos humanos, fora perdido. A estas questões a pensadora, judia e alemã, responderá através das categorias de perdão e promessa. Tais categorias serão melhores abordadas no tópico seguinte.

Ação E Contingencialidade

A ação, a mais política das atividades do homem, encontra-se na Era Moderna em permanente estado de crise, isto porque como fora demonstrado, as características que constituem o espaço do agir dos homens foram prejudicadas pelo esfacelamento da tradição – tradição, autoridade e religião. A preservação desse espaço sempre fora o objetivo da tradição ocidental, e por isso fora fundamental a adoção da tríade romana como modo de preservação desse espaço. Conforme nos mostra Schio em decorrência de uma crise dessa tradição, que fora inicialmente algo teórico, mas que logo atingiu aos assuntos práticos faz-se necessário relançarmos as bases de segurança do agir humano. Nas palavras de Schio:

A ação sem a autoridade e a tradição, sem os padrões e os modelos aceitos e consagrados pelo tempo, constitui a crise, a que, por sua abrangência será de natureza política, pois desnudará o rompimento do elo proporcionado pela tradição. A perda dessa ligação fez a

²⁰ CARDOSO JÚNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014, p. 52.

Época moderna desconfiar dos negócios humanos, que ficaram sem respaldo, sem saber por que eram realizados de uma forma e não de outra. Com a derrocada da tradição, que indica e fundamenta o agir, as ações humanas tornaram-se sem justificação no momento de engendrar-las. Ou seja, sem a tradição, as ações perdem o apoio e as indicações do “como” devem ser levadas a cabo.²¹

De acordo com a apresentação feita por Schio o homem moderno encontra-se diante de um fosso onde se percebe incapaz de justificar a sua necessidade de agir. Ou seja, diante da imprevisibilidade e irreversibilidade, os homens não veem justificativa alguma para fundamentarem os seus modos de agir na esfera pública. A essa problemática, Arendt perceberá a necessidade de estabelecer à promessa e o perdão como respostas²², não ao modo tradicional de responder aos constrangimentos das outras atividades da vida ativa, mas como respostas presentes dentro da própria ação. Esta relação entre perdão e irreversibilidade e promessa e imprevisibilidade será apresentada no subtópico seguintes, de modos sucintos a fim de compreendermos a importância dos mesmos dentro da teoria da ação de Arendt.

O perdão e a promessa como remédios à irreversibilidade e imprevisibilidade

A pensadora inicia sua reflexão sobre as categorias de perdão e promessa esclarecendo que de modo contrário às demais atividades dos homens, que diante de seus constrangimentos são redimidas por atividades superiores²³, a ação é redimida por características intrínsecas a ela mesma, a saber, a capacidade de perdoar e prometer. Conforme a Arendt afirma textualmente,

O caso da ação e de seus constrangimentos é bem diferente. O remédio contra a irreversibilidade e a imprevisibilidade do processo que ela desencadeia não provém de outra faculdade possivelmente superior, mas é uma das potencialidades da própria ação. A redenção possível para o constrangimento da irreversibilidade [...] é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas.²⁴

²¹ SCHIO, Sônia M. *Hannah Arendt, história e liberdade: da ação à reflexão*. 2. ed. Porto Alegre: Clarinete, 2012, p. 32.

²² JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 87.

²³ O *animal laborans* que é redimido do ciclo vicioso da necessidade somente através da capacidade do *homo faber* de fabricar e produzir, e o *homo faber* que se redime somente através da capacidade das faculdades inter-relacionadas da ação e do discurso (Cf. ARENDT, 2016a, p. 292).

²⁴ ARENDT, op. cit., 2016a, p. 293.

Arendt destaca aqui a importância do perdão e da promessa para a continuidade e a preservação do espaço público, locus dos assuntos humanos e da ação. O perdão e a promessa são potencialidades da própria ação na medida em que estes não ocorrem no isolamento do lar, mas só podem ser efetivados à luz da publicidade da *polis*. Deste modo, a pensadora construirá sua teoria da ação e demonstrará a importância do perdão e da promessa a partir da dimensão política de aplicação das mesmas.

O perdão, conforme é apresentado por Arendt, fora primeiramente descoberto como um fator que deveria estar presente nos assuntos humanos, através da figura de Jesus de Nazaré. Porém, a pensadora quer falar da figura de Jesus não a partir de uma perspectiva religiosa, mas estritamente como uma autêntica experiência política²⁵, enraizada no mundo.

Conforme a pensadora mostra, Jesus de Nazaré ao referir-se ao perdão faz um duro movimento a fim de mostrar que a capacidade do perdão não é algo atribuído apenas a Deus, mas aos próprios homens. Arendt chama atenção para a passagem bíblica de Lucas 5, 24, onde Jesus afirma que “[...] o Filho do Homem temo poder de perdoar pecados *na Terra*”²⁶, ou seja, Jesus traz para o terreno dos assuntos humanos uma capacidade até então concebida apenas na figura transcendente de Deus. A alternativa do perdão como algo feito pelos homens *na Terra* é para Hannah Arendt uma clara indicação de que tal capacidade é algo que deva estar presente no cotidiano da humanidade.

No cotidiano, onde os homens agem, irrompe-se nessa série de ações as inúmeras possibilidades de perdão, vingança e punição. Conforme Hannah Arendt esclarece a vingança é o oposto do perdão, pois esta atua como “re-ação [*re-acting*] a uma ofensa inicial”, de modo que pode desencadear um eterno ciclo de reações, de forma que esta não visa por fim às consequências da ação. A punição é a alternativa do perdão, isto porque como mostra a autora, os homens só podem perdoar o que podem punir e só podem punir o que podem perdoar. Deste modo, o perdão e a punição visam por fim em algo²⁷. Arendt conclui que o perdão é uma libertação do agente das consequências possíveis das ações anteriores, possibilitando o homem de agir novamente.

Outra característica dos assuntos humanos é a imprevisibilidade. A imprevisibilidade, segundo Arendt, “[...] tem dupla natureza: decorre ao mesmo tempo da

²⁵Certos aspectos dos ensinamentos de Jesus de Nazaré que não se relacionam basicamente com a mensagem religiosa cristã, mas surgiram de experiências da pequena e coesa comunidade de seus seguidores inclinada a desafiar as autoridades públicas de Israel, certamente incluem-se entre essas experiências políticas autênticas [...] (ARENDDT, 2016a, p. 296).

²⁶ BIBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulus, 2004, p. 1797.

²⁷ ARENDT, op. cit., 2016a, p. 298-299.

‘obscuridade do coração humano’, [...] e da impossibilidade de se preverem as consequências de um ato em uma comunidade de iguais [...]”²⁸. Dessas duas características da imprevisibilidade, decorre a necessidade política de um fator que dê segurança ao agir dos homens, a esse fator Arendt nomeará promessa.

“A função da faculdade de prometer é dominar essa dupla obscuridade dos assuntos humanos e, como tal, constitui a única alternativa a uma supremacia baseada na dominação do si-mesmo e no governo de outros”²⁹. Ao falar de promessa como alternativa a uma dominação interna ou externa, a pensadora está se referindo ao modo dos homens relacionarem-se para constituir uma república.

Analisando os modos de organização dos homens propostos por teóricos da modernidade, com o intuito da fundação de corpos políticos, a pensadora reafirma a importância da promessa. Conforme Arendt:

Todos os contratos, convênios e acordos se apoiam na reciprocidade, e a grande vantagem da versão horizontal do contrato social é que esta reciprocidade liga cada um dos membros a seus colegas cidadãos. Esta é a única forma de governo em que o povo é mantido pela força de promessas mútuas e não por reminiscências históricas ou homogeneidade étnica (como no estado-nação) ou pelo Leviathan de Hobbes que “intimida a todos” e desta forma une a todos.³⁰

Arendt está fazendo uma crítica a teóricos modernos que colocavam as razões da unidade de um povo alicerçadas ou em fatores de controle do si-mesmo ou na soberania de um estado. Para a pensadora, a fundação de um estado de liberdade, de uma esfera do agir humano só se dá mediante a promessa. A fundação da liberdade é fruto da ação, no entanto, enquanto corpo político, esta liberdade só pode ser mantida mediante as promessas.³¹

O perdão e a promessa são categorias políticas no interior do pensamento arendtiano, extremamente fundamentais para pensarmos a capacidade dos homens de agirem na sociedade hodierna, isto porque diante da falta de “motivação” e segurança para agir, pensar na possibilidade de que o homem pode estabelecer promessas e que em decorrência de seus atos pode também perdoar e ser perdoado, é instaurar ilhas de

²⁸ Ibidem, p. 302

²⁹ ARENDT, loc. cit.

³⁰ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. Trad. José Volkman. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 78.

³¹ ARENDT, op. cit., 2011, p. 228-229.

previsibilidade e marcos de confiabilidade. Estas duas características estão intrinsecamente ligadas, como demonstrado por Arendt na seguinte passagem:

As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos passados, cujos “pecados” pendem como espada de Dâmocles sobre cada nova geração; e a segunda, o obriga-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade seria possível nas relações entre os homens – para não mencionar todo tipo de durabilidade.³²

Pelo perdão e pela promessa, a contingencialidade da ação, ganha um novo modo de ser encarada. O perdão como modo de libertação do agente dos efeitos de seus atos passados, e a promessa como medida garantidora da continuidade de ação dos homens, são as formas que Arendt encontra para num golpe de esperança ainda acreditar num sentido da política.

Considerações Finais

A teoria da ação arendtiana pauta-se sobre duas características básicas da política, a saber, a natalidade e a pluralidade. A natalidade consiste na capacidade de instauração do novo através do agir dos homens, e a pluralidade diz respeito ao caráter mundano da vivência do homem entre os homens. Estas características legam ao terreno da ação política, a irreversibilidade e a imprevisibilidade, ou seja, a contingencialidade do agir dos mortais.

Por irreversibilidade, Arendt entende o fato de que uma vez feita à ação, o efeito da mesma nem sempre condiz com o objetivo traçado pelo agente, e que após a mesma ser realizada é impossível de ser desfeita. Isto diz muito, do fato da ação ser algo dentro do espaço da política é sempre expressão da natalidade, ou seja, da capacidade de iniciar novas coisas.

A imprevisibilidade diz respeito ao fato da pluralidade existir como *locus* desse agir dos mortais. O homem age dentro de uma teia de relações e por isso é de todo modo imprevisível os resultados dessa ação. Arendt chama atenção disto evidentemente para falar da diversidade de opções que os homens têm ao agir, e isto decorre da obscuridade do coração humano. Deste modo, não podemos prever os frutos de uma ação exatamente por

³² ARENDT, op. cit., 2016a, p. 293.

não conhecermos a obscuridade do coração humano, não podendo compreender as reais motivações dos agentes e nem a forma como os demais receberão os efeitos da ação.

Esse agir dos mortais, ao longo da tradição política ocidental, que para Arendt inicia-se com Platão e finda com Marx, fora tratado de modo seguro, graças à tradição. A tradição que a pensadora se refere é a ligação entre pensamento e ação, entre categorias tradicionais do pensamento que reverberam no nosso modo de agir. Conforme Arendt, autoridade, religião e tradição são três pilares que a cultura ocidental adotou a partir dos romanos, como modo de estabilizar o frágil terreno das relações humanas. No entanto, com a Era Moderna estes modos entraram em declínio e passaram a por em questão o porquê do agir dos homens.

Diante dessa ruptura, declinar, e desse hiato entre o passado e o futuro, ou seja, da quebra na tradição, faz-se necessário questionarmos o que pode levar os homens a agir diante de tanta instabilidade. Apoiados no pensamento arendtiano, notamos que autênticas experiências políticas que foram vividas nessa tradição, podem ajudar a iluminar a presente questão.

Arendt asseverou que através do perdão e da promessa os homens podem ao mesmo tempo agir e preservar esse espaço da ação. Jesus de Nazaré, como afirma a pensadora, legou ao mundo a importância do perdão como um fenômeno político capaz de descongelar o agir humano dos frutos das ações anteriores. No cotidiano, inúmeras vezes o homem é chamado a agir e conseqüentemente também perdoar, de modo que sem o perdão a continuidade da história é impossível. Ao afirmar isto à pensadora chama atenção para a não existência de dignidade na vingança, pois esta é apenas re-ação mas não uma autêntica ação.

A promessa é também extremamente importante, segundo Arendt, pois é o que confere aos assuntos humanos, ilhas de previsibilidade para o agir, ou seja, confere segurança para o terreno da pluralidade. Conforme se percebe, para a instauração de corpos políticos não basta acordos pautados em forças interiores ou em entidades externas superiores, é necessário um fator que presente em todos os homens do espaço da *polis* seja capaz de unir um povo sem cercear a pluralidade.

Perdão e promessa são na teoria de Hannah Arendt, os modos de a ação encarar a imprevisibilidade e a irreversibilidade. Ambos, perdão e promessa, se complementam na tentativa de lograr segurança e permanência ao frágil terreno dos assuntos humanos. O perdão libertando os agentes para novas ações e a promessa garantindo a possibilidade de

ações futuras. Cada qual ao seu modo, geram ilhas de previsibilidade e marcos de confiabilidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Ivone Castillo e Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradutor Roberto Raposo, Revisão de Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016a.

_____. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2016b.

_____. *Crises da República*. Trad. José Volkmann. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015 (Debates)

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Muro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates)

_____. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

CORREIA, Adriano (Org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PASSOS, Fábio A. *O conceito de mundo em Hannah Arendt: para uma nova filosofia política*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SCHIO, Sônia M. *Hannah Arendt, história e liberdade: da ação à reflexão*. 2. ed. Porto Alegre: Clarinete, 2012.